

CV

Nome: Miguel João Barata Marques de Queirós

Habilitações literárias: licenciatura em Direito FDUC (curso 1987-92)

1995 – Estágio profissional Ordem dos Advogados

1998 – Ministério da Educação

Técnico Superior Jurista de 2ª Classe desde 28.09.1999 (cfr. Despacho-extracto-n.º5354/2000, II Série, n.º 171, Apêndice n.º 105, de 26.07.2000 – nomeação definitiva);

Técnico Superior Jurista de 1ª Classe, desde 17.06.2002;

Técnico Superior Principal, desde 22.09.2006 (cfr. Despacho-extracto-n.º 21152/2006, de 22.09.2006, publicado no D.R., II Série, n.º 200, de 17.10.2006);

Desde 1.01.2009, por força da lei, Técnico Superior da carreira técnica superior, em regime de contrato de trabalho em funções públicas.

Sinopse da actividade desenvolvida:

Expropriações por utilidade pública: organização de processos de expropriação por utilidade pública, elaboração de minutas de respostas, alegações e recursos jurisdicionais; área jurídico-disciplinar: elaboração de informações e propostas em processos disciplinares relativos ao pessoal docente e não docente e discente dos estabelecimentos do ensino público básico e secundário, particular e cooperativo; área de aquisição de bens e serviços: acompanhamento de processos de aquisição de bens e serviços, designadamente apoio aos concursos públicos internacionais de fornecimento de mobiliário e material didáctico para as escolas dos ensinos básico e secundário MOB 1/1999, MOB 1/2000 e DID 1/2000, com presença nos respectivos actos públicos e análise e resposta às reclamações apresentadas; área de empreitadas de obras públicas: preparação e intervenção na sessão de esclarecimento/formação promovida pela DREN por ocasião da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 55/99, de 2.03; adaptação dos modelos de anúncios e programa de concurso-tipo; acompanhamento das comissões de abertura de concursos de empreitadas, com presença em vários actos públicos; análise e preparação de respostas a reclamações no âmbito dos procedimentos de empreitadas; apoio nas questões emergentes da execução dos contratos; área de recursos humanos: intervenção e acompanhamento de processos decisórios de natureza administrativa geral; intervenção em especial em processos relativos a contagens de tempo de serviço, progressão na carreira docente e não docente, faltas, férias, licenças, mobilidade, acidentes de serviço e acidentes de trabalho, redução/dispensa da componente lectiva de docentes, concursos para admissão de pessoal não docente em regime de contrato administrativo de provimento, quadros e carreiras da Função Pública, reconstituição e reconstrução de situações subjectivas em sede de execução de sentenças administrativas; área técnico-pedagógica: intervenção e apoio em matéria disciplinar relativa a alunos; área de contencioso geral: elaboração de contestações e alegações em acções de intimação para comportamento e acções declarativas de condenação interpostas contra o Ministério da Educação/Estado português, bem como resposta e alegações no âmbito dos já desaparecidos recursos contenciosos.

2004–2005 – Governo da República, Adjunto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Educativa do XVII Governo Constitucional (Despacho do SEAAE n.º 17569/2004, de 3.08.2004 in D.R., II Série, n.º 199, de 24.08.2004)

Sinopse da actividade e responsabilidades detidas:

Aperfeiçoamento das operações materiais de colocação de educadores e docentes do ensino básico e secundário; acompanhamento da implementação do novo Estatuto do Pessoal Não Docente aprovado pelo Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29.07, com vista à estabilização dos vínculos laborais; análise sistemática de recursos, reclamações, petições, queixas, requerimentos de iniciativa particular e/ou institucional; uniformização de várias matérias e apoio permanente às direcções-gerais e direcções regionais de educação; apreciação de protocolos entre as direcções regionais de educação e as câmaras municipais com vista à construção de edifícios escolares; apreciação dos processos de concurso de empreitadas de obras públicas e de aquisição de bens e serviços; acompanhamento do processo de constituição das turmas a autorizar, no âmbito dos contratos de associação entre o M.E. e as instituições de ensino particular e cooperativo; elaboração de diplomas relativos à actualização, para o ano de 2004/2005, dos valores relativos ao apoio financeiro a prestar aos alunos que frequentam escolas particulares de ensino especial, bem como aos apoios financeiros a conceder às famílias no âmbito dos contratos simples e de desenvolvimento da educação pré-escolar, e ainda o valor dos apoios a conceder no âmbito dos protocolos celebrados pelo Estado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a União das Misericórdias e União das Mutualidades e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social – CNIS; acompanhamento de processos relativos à execução de contratos de associação, desenvolvimento, cooperação e patrocínio; acompanhamento da execução do projecto de obras da Escola Portuguesa de Luanda.

2005-2010 – Ministério da Educação

2010: Adjunto da Vereadora do Pelouro da Habitação com a tutela dos Recursos Humanos da Câmara Municipal do Porto.

Sinopse da actividade: apoio técnico diuturno à supervisão de todo o expediente relacionado com a Habitação Social e os Recursos Humanos do município do Porto (4 anos).

2013: Director do Departamento Jurídico e Contencioso da CMP (nomeado em substituição).

2014 em diante: consultor jurídico da Área Metropolitana do Porto

Avaliação do Desempenho SIADAP

2005 – Excelente (atribuído por membro do Governo para efeitos do suprimento previsto no art.º 18º do Dec. Reg. n.º 19-A/2004);

2006 – Bom;

2007 – Bom;

2008 – Bom;

2009 – Desempenho Relevante;

2010 – Desempenho Relevante;

2011 a 2017 – sem avaliação SIADAP, nos termos legais;

2018 – Desempenho Relevante.

Outros:

11 de Março de 2005 – Louvor n.º 798/2005, de 11.03.2005, publicado no D.R., II Série, n.º 65, de 4.04.2005, Secretário de Estado Adjunto e da Administração Educativa

1 de Outubro de 2012 – Câmara Municipal do Porto, por deliberação de 25.09.2012 e Assembleia Municipal do Porto, por deliberação de 1.10.2012: membro do júri dos procedimentos concursais para selecção e provimento de cargos dirigentes do Município do Porto, no âmbito da Lei n.º 49/2012, de 29.08; Iguar tarefa, meses depois, no município de Bragança).

Fevereiro 2020,

Miguel Queirós